

Cães de ONG são envenenados

Caso contra animais não é isolado; cavalo morreu agonizando, e conselho organiza protesto

Por Raquel Valli

Dois cães de uma ONG protetora de animais foram envenenados esta semana em Campinas (SP). Um dos cães está internado em estado crítico, e a entidade precisa urgentemente de auxílio porque não tem condições de arcar sozinha com as despesas médicas. Envenenar animais é crime de maus-tratos, prevendo reclusão, multa e proibição da guarda (leia mais abaixo). O envenenamento ocorreu na mesma semana em que Campinas organiza um protesto pacífico pedindo justiça pelas mortes de dois animais: o cachorrinho Orelha, cujo assassinato em Florianópolis (SC) vem causando comoção nacional, e o cavalo, que agonizou e morreu na rua, no bairro campineiro da Gargantilha.

Cães de abrigo

Os cachorros são do Abrigo Adorável Vira-Lata (@avlcps), que conta hoje com 26 animais, todos resgatados de maus-tratos. "Dr. Leandro drenou 1,5 litro de sangue do abdômen do Alemão, e a Michele está convulsionando direto", explica a enfermeira apontada Marynes Silva, fundadora da ONG, evocando o estado de saúde de ambos os envenena-



O cãozinho Alemão sendo socorrido pelo veterinário Leandro na Clínica Carvalho Vets

dos, que foram socorridos na Clínica Veterinária CarvalhoVets.

A protetora não sabe quem envenenou os cães, mas suspeita de vizinhos. Irá procurar a polícia para denunciar o caso e registrar um boletim de ocorrência. Solicitará também imagens das câmeras do bairro.

"Estou arrasada. Como é possível tanta maldade? Fazemos tripa-coração para resgatar, reabilitar e manter esses animais, e, ao invés de ajudarem, ainda

colocam mais fardo em um trabalho que já nos é tão pensado", acrescenta.

Marynês é aposentada e sustenta o abrigo com recursos próprios e com doações.

Precisa, constantemente, de ajuda com remédios, ração, vermiculitos, antiparasitários e auxílio para arcar com despesas veterinárias. Conta ainda com a ajuda do veterinário Leandro Carvalho, que é parceiro há mais de dez anos do abrigo.

Crime

A advogada ambiental e de direitos dos animais, Angélica Soares, explica que o envenenamento é "conduta prevista no art. 32 da Lei nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais), que pune qualquer ato que cause dor, sofrimento ou risco à vida do animal, mesmo que não haja morte. Nos casos de cães e gatos, a pena foi agravada pela Lei nº 14.064/2020, prevendo reclusão, multa e proibição da guarda".

Protesto

O Conselho Municipal de Proteção e Defesa Animal de Campinas (CMPDA) está organizando uma manifestação pacífica no próximo domingo (1º) no portão 1 da Lagoa do Taquaral para exigir justiça pela mortes do cãozinho Orelha, torturado e assassinado em Florianópolis (SC), e pelo cavalo, que no bairro Gargantilha em Campinas (SP) após passar o dia agonizando na grama, na calçada, sem receber nenhum tipo de socorro.

"Chega de maus-tratos, negligência e impunidade. Chega de silêncio diante da dor animal. Essa manifestação é um chamado a todas as ONGs, protetores independentes, ativistas, simpatizantes da causa animal e cidadãos conscientes que acreditam que uma cidade justa também protege quem não tem voz", informa o conselho.

A vereadora Debora Palermo (PL-SP) fez um post nas redes sociais convidando a população para o protesto.

Ajuda aos envenenados

Quem puder ajudar, deve entrar em contato com o abrigo pelo WhatsApp (19) 99270-5779 ou pelo Instagram do abrigo: @avlcps

Cade libera entidade para analisar aporte à Azul

Por Raquel Valli

O Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), órgão que fiscaliza a concorrência e evita monopólios no Brasil, decidiu abrir espaço para uma entidade de defesa do consumidor participar do julgamento sobre o investimento da United Airlines na Azul Linhas Aéreas - cujo hub é o Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas (SP).

O Instituto de Pesquisas e Estudos da Sociedade e Consumo foi aceito como terceiro interessado no processo porque apresentou argumentos que questionam a segurança da concorrência no setor aéreo brasileiro. Antes dessa decisão, o caso havia recebido uma aprovação rápida e simplificada, mas agora o processo será revisado pelo tribunal completo do órgão regulador para garantir que os direitos dos passageiros não sejam prejudicados. O ponto central da discussão envolve um aporte financeiro de 100 milhões de dólares que a United Airlines pretende realizar na Azul. Com esse dinheiro a empresa norte-americana aumentaria a participação na companhia brasileira de



Hub da companhia aérea Azul é o Aeroporto de Viracopos em Campinas

2% para cerca de 8,5%. O problema apontado pelo instituto é que esse movimento não acontece de forma isolada. Existe outra gigante dos Estados Unidos, a American Airlines, que também está entrando na estrutura da Azul. Somadas, as duas empresas estrangeiras passariam a controlar quase 18% das ações. E, como a Azul não possui um único dono

majoritário, esses sócios minoritários ganham uma força política de destaque dentro das decisões da empresa brasileira.

Desvantagem para o consumidor

A preocupação gira em torno de como as passagens aéreas e as rotas de voo são definidas. O instituto argumenta que a United e

nas mãos de um grupo pequeno de investidores, o que historicamente resulta em menos opções de voos e preços mais altos para quem precisa viajar.

Por isso, um conselheiro do órgão regulador será escolhido para decidir se as companhias precisam apresentar mais garantias de que a competição será mantida. A Azul afirma que a operação é transparente e necessária para a saúde financeira da empresa, mas o tribunal vai investigar se os assentos que as estrangeiras terão em comitês estratégicos darão a elas o poder de decidir sobre o endividamento e o futuro da companhia brasileira.

Importância

O desfecho da análise é fundamental para o consumidor porque definirá se o mercado de aviação no Brasil continuará tendo disputa real de preços ou se caminhará para uma concentração que favorece apenas as grandes corporações internacionais. O papel do Cade é justamente o de analisar fusões de empresas e punir infrações como cartéis para garantir preços justos e liberdade de escolha ao consumidor brasileiro.